

## “UMA CANDIDATURA DE INSPIRAÇÃO POPULAR”: A FORMAÇÃO DA “FRENTE POPULAR ALAGOANA” (1955)

ANDERSON VIEIRA MOURA\*

Segunda-feira, 3 de outubro de 1955. Feriado nacional.<sup>1</sup> O país escolhia seu novo presidente e vice e, em vários estados, os governadores. Após um concorrido e tranquilo dia de votação, começava a apuração. Pelo menos em Maceió, desde o início, o candidato ao governo pelo Partido Social Progressista (PSP), Sebastião Muniz Falcão, liderava a contagem.

Nos dois primeiros dias de contagem na capital, o candidato do PSP possuía uma diferença de 3.837 votos em relação ao adversário da União Democrática Nacional (UDN), Afrânio Lages. A maior discrepância foi verificada na 3ª Zona: 1.477 votos a mais para Muniz Falcão. Maceió possuía até então três zonas eleitorais e Muniz ganhou em todas.<sup>2</sup> No final das contas, a diferença final na capital foi de 7.425 votos para o candidato da oposição.<sup>3</sup>

Naquele momento (primeira metade da década de 1950) Alagoas era um dos três estados do país nas mãos da UDN. O governador Arnon de Melo estava confiante na vitória de seus candidatos,<sup>4</sup> afirmando em uma entrevista: “O voto que libertou Alagoas em 50 não irá escravizá-la agora”. Na sua avaliação, a vitória em 1950 foi a maneira encontrada pelo povo de condenar a gestão anterior “pelos seus desatinos”.<sup>5</sup> Desta forma, este mesmo povo não iria condená-lo “pelo bom senso com que tenho me conduzido à frente do estado” (“O governador Arnon de Melo”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 4/10/1955, p. 6).

---

\* Doutorando em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>1</sup> “O Delegado Regional do Trabalho torna público que, sendo o próximo dia 3 de outubro, segunda-feira, feriado em todo território nacional, nos termos da Lei nº 2550, de 27/7/1955, é proibido o trabalho em todo o estado [...]”. “Feriado o dia 3 de outubro”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 1/10/1955, p. 6.

<sup>2</sup> Entre os vices a diferença era, até então, de 3.339 votos em favor dos trabalhistas. “Os resultados das apurações ontem realizadas em Maceió”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 6/10/1955, p. 6.

<sup>3</sup> “Os vencedores da capital: A dupla JJ, Muniz Falcão, Nabuco e Abelardo”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 9/10/1955, p. 6. O subtítulo da matéria era o seguinte: “O maceioense deu a João Goulart a maior votação”. Porém o candidato a governador teve 14.088 votos, enquanto Jango obteve 12.782 votos. Ou seja, o maceioense deu, na verdade, a maior votação a Muniz Falcão...

<sup>4</sup> Também foi escolhido o prefeito de Maceió naquela ocasião.

<sup>5</sup> Esses “desatinos” teriam sido cometidos por Silvestre Péricles de Góis Monteiro, governador eleito em 1947 e espécie de padrinho político de Muniz Falcão. Cf.: TENÓRIO, 2007.

No entanto o povo o “condenou”. Juscelino Kubitscheck e João Goulart derrotaram Juarez Távora e Milton Campos. O mesmo fizeram Muniz Falcão e Sizenando Nabuco com Afrânio Lages e Antonio Mafra. E Abelardo Pontes Lima (ligado aos trabalhistas) atropelou os outros dois candidatos a prefeito de Maceió. O que aconteceu para tamanha derrota? Arnon de Melo era o governador, tinha dois (dos três) grandes jornais alagoanos ao seu lado e havia derrotado a oposição no ano anterior, nas eleições legislativas. A UDN conseguiu eleger os 2 senadores (2 vagas), 5 deputados federais (9 vagas) e 16 deputados estaduais (35 vagas).<sup>6</sup> Se os números são surpreendentes isoladamente, havia mais um elemento expressivo nesta vitória: em 1954, a oposição uniu-se num único bloco, uma coligação formada por seis partidos: Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Republicano (PR) e o já citado PSP.

Naquele ano, a UDN de Arnon coligou-se apenas com o PTN, elegendo quatro deputados federais (todos da UDN) entre os cinco mais votados. Mas o campeão das urnas de 1954 não era udenista: Muniz Falcão obteve 13.115 votos, sendo de 4.502 a diferença para o segundo colocado, José Afonso Casado de Melo, primo de Arnon (TENÓRIO, 2007:163-154). Esta expressiva vitória fez de Muniz um líder quase incontestável do bloco oposicionista e abriu-lhe caminho para o Palácio Floriano Peixoto.

Ex-delegado do Trabalho, Muniz Falcão era pernambucano e chegou a Alagoas por intermédio de Ismar de Góis Monteiro, quando este era interventor no começo dos anos 1940. Após idas e vindas, Muniz retornou ao estado desta vez através do irmão de Ismar, Silvestre Péricles, quando este fora governador. Muniz não ingressou no PSD (de Ismar), muito menos pelo PTB, filiando-se ao PSP, partido formado em terras alagoanas sob inspiração de Silvestre Péricles.<sup>7</sup> Como demonstrarei adiante, desde o início das conversas acerca do candidato da oposição, Ismar vinha preterindo o nome de Muniz...

Pretendo analisar neste texto a formação da chamada “Frente Popular Alagoana” para a eleição de 1955 e seus possíveis desdobramentos sociopolíticos. Para tanto, utilizei como

---

<sup>6</sup> O Partido Trabalhista Nacional (PTN) elegeu cinco deputados.

<sup>7</sup> Elegeu-se em 1947 pelo PSD, mas desentendeu-se com o irmão, deixando o partido no meio do mandato.

fonte principal o *Jornal de Alagoas*, fundado em 31 de maio de 1908 (um dos mais antigos em circulação) e componente da rede dos “Diários Associados”, do pessedista Assis Chateaubriand.<sup>8</sup> Com seis páginas diárias, os temas relativos a Alagoas geralmente saíam na última. A capa era dedicada ao noticiário nacional, com raríssimas exceções.<sup>9</sup> Um destas foi a notícia vinculando a desistência de Muniz Falcão em concorrer ao pleito de 1955. Já a divulgação de sua vitória saiu na última página.

### O “AVENTUREIRISMO” DA OPOSIÇÃO

No entender dos oposicionistas a coligação de 1954 foi vitoriosa. Seria natural repeti-la no ano seguinte. Também parecia natural (para alguns) a escolha de Muniz Falcão como candidato a governador de Alagoas. Não foi tão simples assim.

A oposição começou a se movimentar a partir de março de 1955. Segundo o *Jornal de Alagoas*, Muniz Falcão anunciaria em breve o lançamento de sua candidatura. Com esta informação circulando, o periódico procurou Jorge Assunção, jornalista membro do Diretório Regional do PTB, 1º suplente de deputado estadual entre os trabalhistas e um dos aliados mais entusiasmados de Muniz Falcão: “A sua candidatura ao Governo de Alagoas nasceu da patriótica imposição do nosso povo, à qual não pode fugir, manifestada magnificamente através da verdadeira consagração que obteve nas urnas em 3 de outubro de 1954 [...]”. Além dele, outros membros do partido estavam empenhados e comprometidos com o nome de Muniz e não restavam dúvidas de que o PTB aceitaria formar uma chapa com o deputado do PSP, considerado por Assunção um “grande parlamentar conterrâneo, *cujas sadias ligações com os nossos trabalhadores* são uma garantia de que o seu Governo tornará possível, em

---

<sup>8</sup> Na década de 1950, Alagoas tinha três grandes jornais diários, além do citado *Jornal de Alagoas*: a *Gazeta de Alagoas*, de propriedade do governador (e jornalista) Arnon de Melo, e o *Diário de Alagoas*, ligado a Muniz Falcão. Meu objetivo não foi privilegiar o periódico supostamente neutro neste trabalho. Acontece que os outros dois jornais não estão disponíveis para consulta nos arquivos alagoanos. No caso da *Gazeta de Alagoas*, os anos de 1955 e 1956 estão em tratamento no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, não sendo possível a consulta.

<sup>9</sup> No domingo antes da eleição (2 de outubro de 1955), encontramos preenchendo toda a capa do jornal as fotos de Afrânio Lages e Antonio Mafra com os dizeres: “Votemos em Afrânio e Mafra, para que se mantenha a liberdade, a tranquilidade e o progresso da nossa terra”.

nosso Estado, a paz social por que lutamos nós trabalhistas” (“O Sr. Jorge Assunção confirma: em marcha a candidatura do deputado Muniz Falcão”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 25/03/1955, p. 6. Grifos meus).

Todo este entusiasmo soa estranho, pois o PTB alagoano jamais havia permitido a Muniz Falcão ingressar em suas fileiras. Havia um preço. O que os trabalhistas iriam reivindicar para compor a coligação? Jorge Assunção não podia falar em nome do partido, estava apenas emitindo sua opinião: “ao PTB caberá indicar ao candidato a vice-governador e ter assegurada a sua participação no futuro governo”. O repórter faz sua última e pertinente pergunta: existia a possibilidade de um racha na oposição? Assunção estava convencido do contrário. “Se o povo aclama Muniz Falcão, se a opinião pública está ao lado do bravo companheiro, nada mais justo do que cerrar fileiras em torno do seu nome, porque falam mais alto os interesses de Alagoas” (Ibid., p. 5). Na sua avaliação, naquele momento não havia espaço para individualismos e rixas pessoais. E a vitória era certa.

O *Jornal de Alagoas* foi ouvir também o líder da bancada do PTB na Assembleia Legislativa de Alagoas, Abraão Fidélis de Moura, que igualmente não estava autorizado pelo PTB “a falar a respeito do futuro Governo de meu Estado”. Com um discurso mais defensivo e com menos entusiasmo do que Jorge Assunção, Fidélis comentou que o PTB não possuía ainda um candidato ao governo. Além disso, a Comissão Executiva do partido nem ao menos havia deliberado “para que o seu presidente entrasse em entendimento com outros partidos com esta finalidade” (“O PTB ainda não tem candidato à sucessão”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 26/03/1955, p. 4). Mas sobre Muniz ele podia falar: “Nada tenho a dizer contra a pessoa do *líder populista*, deputado Muniz Falcão, [...] que tem sabido desempenhar o seu mandato em benefício da coletividade alagoana” (Ibid., p. 4. Grifos meus). Para Jorge Ferreira, “populista” era uma palavra que existia “no vocabulário político entre 1945 e 1964, mas muito raramente eram utilizados. Contudo, quando eram pronunciados, tinham um

significado bastante diferente desde que conhecemos hoje” (FERREIRA, 2001: 115).<sup>10</sup> Não por menos, a coligação formada foi denominada de “Frente *Popular Alagoana*”.

Ainda em março, Muniz “confirmou sua disposição de se candidatar ao governo alagoano, sob a legenda do PSP”. Embaralhando ainda mais o assunto, deixou a entender que as conversas com o PTB estavam bem adiantadas, confirmando Sizenando Nabuco como seu vice. O *Correio da Manhã* chamou a atenção para o fato de a candidatura de Muniz Falcão cindir a oposição alagoana, pois o PST, PSD e PR estariam negociando o lançamento da candidatura de outros nomes, como do senador pessedista Ismar de Góis Monteiro. Para o *Correio*, caso se confirmasse a cisão, “deverá ser fácil à vitória da UDN [...]” (“Confirma o dep. Muniz Falcão a sua disposição de candidatar-se ao governo de Alagoas”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 30/03/1955, p. 1). Pelo visto, o nome Muniz Falcão estava longe de ser uma unanimidade.

Desta vez o *Jornal de Alagoas* procurou o deputado federal Mendonça Braga:

*A candidatura do deputado federal Muniz Falcão é uma candidatura de inspiração popular. A sua reeleição à Câmara Federal, sobrepujando a todos os candidatos, mesmo aqueles que tiveram o apoio direto do governador, é uma inequívoca demonstração da preferência do eleitorado pelo seu nome (“A candidatura Muniz Falcão é uma candidatura de inspiração popular”.* *Jornal de Alagoas*. Maceió: 5/04/1955, p. 6).

Para Braga, a oposição iria unir-se em torno da candidatura de Muniz, não havendo uma cisão do bloco. Segundo o deputado, os partidos oposicionistas deveriam compreender “o significado da hora em que estamos vivendo” (“A candidatura Muniz Falcão é uma candidatura de inspiração popular”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 5/04/1955, p. 6). Questionado sobre as pretensões do PTB para o pleito que se aproximava, mostrou-se bem mais modesto que seu colega Jorge Assunção: “O PTB não reivindica postos. *Apenas deseja um candidato eminentemente popular que cumpra o seu programa mínimo para as classes trabalhadoras [...]*” (Ibid., pp. 5-6. Grifos meus).

---

<sup>10</sup> O “populismo” como “conhecemos hoje” seria aquela ideia básica de manipulação e cooptação da classe trabalhadora por líderes políticos carismáticos, algumas vezes ligados de alguma forma ao ex-presidente Getúlio Vargas, durante o chamado período democrático (1945-1964).

A escolha do nome de Muniz Falcão para disputar o governo foi decidida em uma reunião do Diretório Regional do PSP e a homologação ficou para a convenção estadual do partido. Contudo, a oposição ainda não havia sido procurada oficialmente pelo PSP para “referendar” seu nome. Algumas reuniões entre os partidos foram marcadas, no Rio de Janeiro e em Maceió, mas não chegaram a acontecer. Com isso “resolveu o PSP adiantar-se na escolha do candidato que ora anuncia”. Francisco Arlindo, vice-presidente do PSP, esperava contar com os partidos nesta empreitada, pois segundo ele existia um curioso acerto da coligação que disputou a eleição no ano anterior: o candidato ao governo do estado em 1955 recairia “sobre aquele que tivesse aglutinado maior votação” (“Muniz Falcão --- Candidato do PSP à sucessão do governo do Estado”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 19/04/1955, p. 5). No caso, Muniz Falcão.

Finalmente, o *Jornal de Alagoas* conversou com Muniz. Este foi logo afirmando não ter “nenhuma influência direta” no processo de escolha de seu nome e sentia-se “muito honrado com o lançamento da candidatura”. Em relação à falta de entendimento entre os partidos, respondeu: “Entendendo que a divisão poderia ser fatal às oposições coligadas. Como o PSP dirigiu a todas as agremiações aliadas uma consulta oficial a esse respeito, aguardo um pronunciamento dos outros partidos [...]” (“Muniz Falcão: ‘Considero intacto, ainda, o espírito da coligação’”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 23/04/1955, p. 6). A aliança com o PTB já era dado como certa: as lideranças trabalhistas de Alagoas já tinham declarado o seu apoio ao candidato.

Por fim, o repórter pergunta ao deputado sobre sua possível plataforma de campanha. Muniz começou falando de forma abrangente, sobre sua preocupação constante de solucionar os problemas de Alagoas na Câmara Federal, “procurando corresponder ao generoso acolhimento que tenho encontrado em todas as classes”. Caso venha ser vitorioso na eleição que se aproximava, afirmou que sua administração será “por excelência progressista”, não entrando em mais detalhes. Apenas citou problemas mais gerais do estado (transporte rodoviário, educação, saúde, agricultura e latifúndios). Não fez referência diretamente aos trabalhadores a não ser nesta passagem: “Quero lembrar a necessidade do reajustamento do funcionalismo civil e militar que recebe vencimentos ínfimos, em flagrante disparidade com

os níveis de vida, de tal modo que mal chegam para atender as necessidades mais prementes”. (Ibid., p. 4)

O PSD, que até então não havia interferido muito no debate, resolveu participar. Numa reunião contando com a presença de líderes da oposição alagoana, Muniz Falcão desistiu de sua candidatura, cedendo a vez para o petebista Ari Pitombo. Para o senador Ismar de Góis Monteiro, Muniz era um nome forte em Alagoas, “mas não congregava todas as forças da oposição”. De acordo com o líder pessedista, uma aliança com o PSP colocaria o partido num dilema estratégico: apoiar o ascendente Muniz ou a consolidada UDN de Arnon de Melo? Um bloco oposicionista sólido era o caminho da vitória. “Entretanto, se todos os partidos o apoiassem, ele [Ismar] também ficaria como candidato”. Os trabalhistas, ao contrário, mantiveram sua posição. “Ary Pitombo defendeu a candidatura do deputado Muniz Falcão: teria ele o apoio do PTB”. Por fim, Muniz saiu pela tangente, afirmando não ter ambições políticas, tampouco era sua intenção impor seu nome como candidato, pois não desejava a cisão da coligação oposicionista, muito menos por sua causa. Como o nome foi vetado, desistia da candidatura, indicando Ari Pitombo. Ismar e Ezequias da Rocha (também do PSD) viram-se obrigados a “adiar a deliberação para consultar os diretórios” (“Em favor do Dep. Ary Pitombo, desiste Muniz Falcão de candidatar-se ao Governo de Alagoas”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 28/05/1955, p. 1). Mas isto não era tudo.

*O Sr. Adhemar de Barros formulou um apelo ao deputado Muniz Falcão no sentido de que desista de concorrer ao governo de Alagoas, no que teria sido atendido. Os oposicionistas alagoanos fixavam-se no nome do deputado Ari Pitombo, condicionando-o, porém, à consulta aos respectivos diretórios estaduais (Ibid., ibidem).*

Em menos de uma semana, mais um revés. Eis o conteúdo de um telegrama de Muniz Falcão e Ari Pitombo enviado à Sizenando Nabuco e Francisco Arlindo:

*Esgotados todos os recursos para que fossem escolhidos candidatos comuns das oposições coligadas para o próximo pleito, mas diante do egoísmo de uns e incompreensões de outros, decidimos aceitar a formação da Frente Popular Alagoana para disputar a eleição para governador, vice-governador e prefeito de Maceió. Com esta orientação, sugerimos aos nossos dedicados correligionários e amigos a seguinte chapa: para governador Muniz Falcão e para vice-governador*

*Sizenando Nabuco. A escolha para prefeito, desejamos que os nossos partidos [PTB e PST] se reúnam escolhendo o nome que encontre a melhor receptividade no eleitorado de Maceió. Com o pensamento voltado para Deus e para a felicidade do nosso tão sacrificado povo, marchamos unidos para a luta na certeza de que o nosso gesto abrirá mais uma página na história política alagoana, com a vitória que coroará o nosso sacrifício e a nossa bravura cívica (“Frente Popular Alagoana com Muniz Falcão como candidato à sucessão governamental”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 2/06/1955, p. 1).*

Muniz Falcão ainda nutria esperanças de que os outros partidos da oposição se juntassem à “Frente Popular Alagoana” formada pelo PTB e PST, “num magnífico movimento *de libertação do povo alagoano*. Atitude diferente seria suicídio injustificado”. O candidato criticou os membros das outras agremiações, condenando a divisão “por simples interesses pessoais”, e acreditando que a desunião do bloco oposicionista só levaria à derrota. No seu entender, não existiam razões para setores da oposição ser “contra minha candidatura”, pois o seu nome surgiu “como uma imposição *das camadas populares, das massas humildes* às quais jamais faltei, nem faltarei. *Antes de ser candidato de partidos, já o era do povo, sem distinção de categorias sociais*” (“Acredita Muniz na união de todos os partidos da oposição em torno de sua candidatura”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 5/06/1955, pp. 1, 3. Grifos meus).

O líder do PSD alagoano concedeu uma entrevista ao *Jornal de Alagoas* sobre a “Frente Popular Alagoana”. Segundo Ismar de Góis Monteiro, seu partido sempre buscou honrar os compromissos firmados pela coligação oposicionista, parcialmente vitoriosa em 1954. No entanto, considerava a candidatura de Muniz Falcão uma imposição do PSP, não fazendo jus aos “compromissos” da coligação. “Jamais concordamos com essa imposição, procurando sempre um denominador comum”. Sua entrevista revela outros detalhes. Seu nome foi indicado pelo PSD para disputar o cargo e Ismar estava inclinado a aceitar, declarando “inúmeras vezes que não seria empecilho a um entendimento que resultasse na candidatura única”. Revelou ter se encontrado com Muniz Falcão no Rio de Janeiro, buscando “num último esforço, a solução que todos nós desejamos”. Eis as pretensões do PSD:

*Certo de que subsistindo dois candidatos de oposição, a derrota seria inevitável, propus-lhe a seguinte preliminar que resultaria na retirada do meu ou do seu nome: o PSD apresentaria determinadas condições de ordem política, administrativa e*

*partidária para a retirada do meu nome. Se essas condições não fossem aceitas pelo deputado Muniz Falcão, eu as aceitaria, retirando o candidato pessepista a sua candidatura. Como se vê, nada mais justo e equitativo. O deputado Muniz Falcão tinha ainda a vantagem de escolher em primeiro lugar (“Prevê o cel. Ismar a derrota da candidatura Muniz Falcão”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 20/08/1955, p. 6).*

O repórter indagou Ismar sobre estas “determinadas condições” e o senador citou quatro. A polícia seria apenas mantedora da ordem e não um braço armado dos coronéis do interior alagoano; a Secretaria do Interior funcionária como se deve, realizando as tarefas que lhe são cabíveis, não servindo de “órgão auxiliar” dos grandes partidos; “liberdade ampla para todos os partidos”; e o PSD, como partido mais forte da coligação, teria o candidato a vice-governador, é claro. Muniz Falcão, Ari Pitombo e Sizenando Nabuco não aceitaram a proposta, lançando candidatura própria. Ismar então decretou: “Essa derrota será imposta não às oposições alagoanas, visto que o PSD, o PSB e o PR não concordaram com o aventureirismo de certo grupo PSP-PTB” (“Prevê o cel. Ismar a derrota da candidatura Muniz Falcão”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 20/08/1955, p. 6).

Diante da cisão, Ismar descortinou seu partido: “O PSD liberto de compromissos, poderá tomar o rumo que melhor atender aos seus próprios interesses” (Ibid., p. 5). Isto ficou ainda mais claro nas vésperas da eleição. Jogando ainda mais lenha na fogueira, o PSD alagoano publicou uma nota curta, ainda sobre o racha do bloco oposicionista.

O texto inicia deixando claro o fato de o PSD não ter medido “sacrifício para esse fim”: a escolha de um candidato de oposição único, “escolhido e apoiado pela unidade dos partidos coligados”. Na avaliação do partido, o acordo “foi deslealmente quebrado” por “uma manobra antipolítica de grupos”, amplamente conhecida e encorajada por alguns membros de outros partidos “a revelia dos demais”, possuindo a manobra um caráter “arrivista e aventureiro”. Sendo assim, o PSD considerou a coligação sem qualquer fundamento. Após analisar a conjuntura política do momento e os seus antecedentes, o PSD finaliza a nota com estas três resoluções:

*I – Não convocar a Convenção Regional para apoio oficial a qualquer dos candidatos apresentados;*

II – Continuar na linha de oposição ao atual Governo do Estado e a seu governador;

III – Com o fim de esclarecer o eleitorado e não podendo omitir-se em assunto de tanta relevância, recomendar os nomes dos Drs. Afrânio Lages e Antônio Mario Mafra como cidadãos merecedores de maior confiança e melhores qualidades para os cargos de governador e vice-governador do Estado (“Nota do PSD”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 1/10/1955, p. 6).

Situação bastante complicada. O PSD fez oposição ao governador Arnon de Melo no pleito de 1954, após ser preterido na administração do estado.<sup>11</sup> No ano seguinte iria votar nos candidatos da UDN ao governo. Se os pessedistas guardavam algum rancor da complicada coligação de 1950, esqueceram rapidamente, rachando o bloco oposicionista. Por que não apoiaram a “Frente Popular Alagoana”?

Ao fim de tudo, Muniz Falcão terminou sendo eleito governador com uma diferença, no cômputo geral, de pouco mais de 3.500 votos em relação a Afrânio Lages. Maceió (cuja diferença entre os dois candidatos, como vimos, foi de quase 7.500) possuía cerca de 20% dos votantes de Alagoas em 1955 e ainda teve uma abstenção de mais de 50% na contagem final (*Diário Oficial do Estado de Alagoas*. Maceió: 26/10/1955, pp. 9-10). Em Rio Largo, por exemplo, a diferença chegou aos 2.000 votos, tanto para governador quanto para vice (*Jornal de Alagoas*. Maceió: 11/10/1955, p. 6).

## A INSPIRAÇÃO POPULAR

Até agora, só em uma única ocasião vimos o “populista” Muniz Falcão falar sobre os trabalhadores. Por outro lado, quando concedeu uma entrevista ao *Jornal de Alagoas*, Arnon de Melo estava percorrendo algumas sessões eleitorais. Até aquele momento, já havia visitado os bairros do Bom Parto, Bebedouro, Tabuleiro dos Martins, Ponta Grossa, Fernão Velho e a cidade de Rio Largo (“O governador Arnon de Melo: ‘O voto que libertou Alagoas em 50 não irá escravizá-la agora’”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 4/10/1955, pp. 5-6). A campanha de

---

<sup>11</sup> Arnon era considerado personalista e centralizador, deixando o PSD à margem de seu governo. “A UDN chegou à vitória em 50 com o apoio do PSD, o qual havia indicado o candidato a vice-governador [...]” (TENÓRIO, 2007:120).

Afrânio Lages foi encerrada com dois comícios no dia 1 de outubro, sendo um em Rio Largo e o outro em Fernão Velho.<sup>12</sup> Qual o significado disto?

Circunvizinha a Maceió, Rio Largo possuía duas grandes fábricas têxteis, fazendo da pequena cidade um local repleto de operários. No final da década de 1940 havia por lá um grande diretório do Partido Comunista do Brasil (PCB), com duas células e aproximadamente 180 comunistas filiados, segundo números da polícia política (“Informação”. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.26). Além da proximidade, uma estrada de ferro parte da capital e cruza Rio Largo até os dias de hoje. Naquela época, facilitava bastante a movimentação de militantes e dos próprios trabalhadores

Já no distrito maceioense de Fernão Velho ficava localizada a maior fábrica têxtil de Alagoas, com o maior contingente de operários do estado e constante movimentação de comunistas em suas ruas (e na própria fábrica). Os outros bairros de Maceió visitados por Arnon também eram redutos operários: no Bom Parto localizava-se outra indústria têxtil, a Fábrica Alexandria; Bebedouro, Tabuleiro dos Martins (periféricos) e Ponta Grossa (central) eram típicos locais de moradia dos filhos do trabalho.<sup>13</sup>

Arnon de Melo, falando mais uma vez ao *Jornal de Alagoas*, desta vez sobre a candidatura de Juarez Távora e de sua plataforma de campanha, disse o seguinte:

*Defende ele ainda o cumprimento imediato do dispositivo constitucional, que assegura a participação dos operários nos lucros das empresas. Evidentemente, o lucro não é apenas produto do capital, mas, também, do trabalho. A participação dos operários nos lucros das empresas é, pois, medida de justiça social. Conhecendo bem Juarez o drama das famílias numerosas e pobres, cujos chefes recebem salários de acordo com a sua capacidade de produção e não de acordo com as suas necessidades, pleiteia ele a instituição de um novo abono de família, que lhe assegure para cada filho recursos substanciais a fim de poder alimentá-los e educá-los (“O governador dirige-se aos alagoanos: ‘Empenho-me em esclarecer o povo afim de que ele vote com absoluto conhecimento de causa’”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 1/10/1955, p. 4).*

Quando entrevistou o senador Ismar de Góis Monteiro, o repórter do *Jornal de Alagoas* perguntou sobre o clima eleitoral na capital, principalmente sobre a candidatura do

<sup>12</sup> Infelizmente, não há mais detalhes sobre os comícios. “Declaração às últimas horas das eleições”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 2/10/1955, p. 6.

<sup>13</sup> Cf.: MOURA, 2012.

médico Sebastião da Hora: “Sua candidatura, o que tudo indica, será apresentada pelo PSD, PSB e PR [...]” (“Prevê o cel. Ismar a derrota da candidatura Muniz Falcão”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 20/08/1955, p. 5). Mas quem era Sebastião da Hora?

Membro do PCB desde os anos 1930, Hora ajudou a fundar em Alagoas a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935. Foi preso por conta de seu envolvimento com a ANL e possível contribuição ao movimento de 1935. Sua campanha ocupou bastante o PCB, como relembra o operário, sindicalista e militante comunista Rubens Colaço em seu depoimento: “O partido deu a carga que podia dar. O jornal *A Voz do Povo*, em plena atividade, contribuindo também; todos os militantes empenhados na campanha” (MAJELLA, 2010: 50). Para Colaço, a derrota se deu por conta da burguesia alagoana, que “se encarregou de sacanear contra ele, embora fosse estimadíssimo. Uma coisa era o médico, o homem de propósitos. Outra coisa era o comunista. Então foi fácil, era só atirar pedras contra o Sebastião da Hora” (Ibid.: 50).

No entanto, o PCB focou-se também na mudança do Executivo. Em junho de 1955, *A Voz do Povo* (periódico oficial do partido em Alagoas) criticava ferozmente o candidato de Arnon de Melo para o governo do estado. Segundo o jornal, Afrânio Lages, além de fascista (por suas ligações passadas com o integralismo), era o candidato dos interesses norte-americanos, como também representava “uma continuação do atual estado de violência e miséria” (“Arnon escolhe um fascista para governador”. *A Voz do Povo*. Maceió: 11/06/1955, p. 1). Infelizmente, nas poucas edições ainda existentes do jornal, não temos os comunistas fazendo referência alguma ao candidato da “Frente Popular Alagoana”.

Na historiografia alagoana, Muniz Falcão ficou marcado como um político “populista”, carismático e manipulador das massas.<sup>14</sup> Mas afinal, quem era “populista” em Alagoas? Só havia um manipulador esbanjando carisma? Os dois lados, Arnon e Muniz,

---

<sup>14</sup> “O carisma de Muniz é um fator importante na análise dos acontecimentos políticos ocorridos em Alagoas, mas não pode ser entendido como fator exclusivo para a compreensão do fenômeno populista local. Assim, com o já foi sublinhado por Francisco Weffort, o fenômeno populista corresponde a uma manipulação das massas por parte do líder, mas também corresponde a uma satisfação de aspirações longamente acalentadas. Dessa maneira, o líder populista, em geral dotado de forte dose de carisma, ao mesmo tempo em que procura manipular as massas para que elas se enquadrem dentro dos limites por ele impostos, também ativa mecanismos de satisfação de velhas aspirações; um exemplo é a legislação social dos trabalhadores implantada no período getulista” (TENÓRIO, 2007: 21).

tinham em comum uma insistente “busca pelo povo”.<sup>15</sup> Nos discursos de ambos, o povo é mencionado constantemente, quase na mesma proporção em que é vitimizado pelo outro, pelo passado. Arnon e Muniz dirigiam-se ao povo, aos mais humildes, os mais necessitados, as vítimas de um passado recente.

Muniz Falcão falou do povo, mas pouquíssimas vezes citou os trabalhadores diretamente (porém, sua ligação com a classe está sempre presente no discursos de seus correligionários). Arnon de Melo fez uma defesa acalorada da classe operária (sem falar no PSD e seu candidato comunista a prefeitura de Maceió). Isto demonstra, no mínimo, a importância e o peso político-eleitoral da classe trabalhadora naquele momento. Estava sendo cotejada até mesmo pela direita. Os resultados das urnas em Maceió e Rio Largo (maiores centros operários de Alagoas) devem ser analisados com mais cuidados, inclusive através da pesquisa por seções eleitorais. Por exemplo: na 5ª e 6ª seções da 2ª Zona, ambas localizadas em Jaraguá (região portuária de Maceió), Muniz Falcão ganhou com ampla margem de Afrânio Lages.<sup>16</sup> Foram manipulados ou apenas optaram?

A nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho seria empossada numa reunião no dia 14 de abril de 1956. Naquela ocasião, um operário fez “referências elogiosas ao governador do estado, Dr. Muniz Falcão, afirmando que ele muito poderá fazer pela classe operária, *em retribuição à confiança nele depositada pelos trabalhadores*” (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil de Fernão Velho. *Livro de Atas*. Maceió: 14/04/1956. Grifos meus).

Antonio Luigi Negro é um dos que rebatem a concepção clássica do “populismo”, negando a ideia de um controle sobre os operários por parte de indivíduos ou grupos políticos.

*É enganoso relatar os trabalhadores como uma gente manobrada pelas manobras do palanque populista, pelas diretrizes do PCB ou pela rede multinacional do nacional-desenvolvimentismo. Arregimentados, também se apresentavam espontaneamente – e, nos dois casos, não eram massas de modelagem (NEGRO, 2005: 426).*

<sup>15</sup> Cf.: SALDANHA, 2010.

<sup>16</sup> Na 5ª seção Muniz terminou com 131 votos e Afrânio com 35. Na 6ª Muniz teve 147 votos contra 50 de Afrânio (IHGAL. “3.112 votos nulos e em branco na segunda zona”. *Jornal de Alagoas*. Maceió: 12/10/1955, p. 5).

Para Negro, o conceito de populismo baseia-se também em um preconceito contra os trabalhadores, no qual são apresentados como “uma massa débil e maleável, ou cúmplices de um jogo cínico e excludente” (NEGRO, 2004: 17). Ainda assim – e ao contrário de algumas tendências historiográficas –, não descarta o uso do termo, e propõe uma análise a partir de experiências históricas e não de modelos pré-definidos (Ibid., 21).

Em Alagoas, a pesquisa por este viés está crescendo, mas ainda é incipiente. Outras fontes precisam ser (encontradas e) analisadas, a bibliografia revista, colocando em prática a mudança de enfoque, com a passagem do estudo das lideranças para o estudo da base, tudo em busca de novas abordagens para tratar do assunto. Tentei um pouco neste texto esboçar uma leitura diferente do pouco que já existe acerca do período no estado. Se até a UDN alagoana percebeu a ascensão e importância política dos trabalhadores, não cabe aos pesquisadores locais ignorá-los.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história – Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 59-124.

FORTES, Alexandre et. ali. *Na luta por direitos – Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

NEGRO, Antonio Luigi. “Paternalismo, populismo e História Social”. *Cadernos AEL*. Campinas: v. 11, n. 20-21, 2004, pp. 9-37.

NEGRO, Antonio Luigi. “Zé Brasil foi ser peão – Sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística”. In: BATALHA, Claudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da., FORTES, Alexandre (org). *Culturas de classe – Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, pp. 403-435.

MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical*. Recife: Edições Bagaço, 2010.

MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. Recife: UFPE, 2012. (Dissertação de Mestrado).

SÁ JÚNIOR, Heider Lisboa de. *A Justiça Eleitoral em Alagoas*. Maceió: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, 2008.

SALDANHA, Alberto (org). *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2011.

\_\_\_\_\_. “Governadores alagoanos e os ‘tempos de antes’”. *Revista Crítica Histórica*. Maceió: n. 1, 2010, p. 56-72.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo - O impeachment de Muniz Falcão*. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2007.